

O LUGAR DE *ALTERNATE POSSIBILITIES AND MORAL RESPONSIBILITY* DE HARRY FRANKFURT NO DEBATE COMPATIBILISTA.

MARCOS CESAR PAES*

RESUMO O presente trabalho busca apresentar, em linhas gerais, o chamado “exemplo de tipo frankfurtiano”, conforme elaborado no artigo: *Alternate Possibilities and Moral Responsibility* (1969), de Harry Frankfurt. Divisor de águas nas discussões sobre o livre-arbítrio na filosofia de tradição anglófila, o recurso argumentativo que aqui será trabalhado busca fornecer cenários onde é possível se falar de responsabilidade moral de ações que não poderiam ser evitadas. Para isso, começaremos com uma breve apresentação do chamado problema do livre-arbítrio, seguida por uma exposição do compatibilismo e do incompatibilismo como vias clássicas de trato deste problema. Feito isso, mostraremos o desenvolvimento deste tipo de exemplo no artigo supracitado, buscando evidenciar aquilo que em sua estrutura possibilita uma resposta algo compatibilista ao argumento das possibilidades alternativas.

PALAVRAS-CHAVE livre-arbítrio; determinismo; compatibilismo.

Uma das incontornáveis dificuldades encontradas por aqueles que enveredam pela problemática da liberdade começa com o próprio questionamento de sua possibilidade. O problema do livre-arbítrio, em suas mais distintas formulações, ocupa um lugar de destaque na história da filosofia ocidental. Dentre as abordagens mais usuais, aquela que aqui nos interessa, define, em linhas gerais, o livre-arbítrio como a capacidade dos seres racionais de tomar uma via de ação a partir de uma variedade de alternativas.¹ Nesse horizonte, o problema da liberdade de nossas ações passa a caminhar com muita proximidade do problema da responsabilidade moral, o que nos permite reformular sua definição como: “a habilidade única das pessoas de exercer controle sobre sua conduta de modo necessário para a responsabilidade moral”.²

Mas de que modo se dá a relação entre livre-arbítrio e responsabilidade moral? Seguindo o verbete de Michael McKenna e Justin D. Coates sobre o Compatibilismo, a

* Mestrando PPGFIL - UERJ

¹Cf. O’CONNOR, “Free-Will”. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2002. Tradução nossa. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2002/entries/freewill/>. Acesso em: 15/01/2019.

² “the unique ability of persons to exercise control over their conduct in the manner necessary for moral responsibility.” In: MCKENNA, Michael; COATES, D. Justin. Compatibilism. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2015. Tradução nossa. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/compatibilism/#FreAccClaCom>. Acesso em: 15/01/2019.

responsabilização moral de uma determinada pessoa por uma determinada ação tem um caráter interpessoal. Em suas palavras:

Uma pessoa que é um *agente moralmente responsável* não é meramente uma pessoa capaz de *fazer* algo moralmente certo ou errado. Mais do que isso, ela é *responsabilizável* por sua conduta moralmente significativa. Portanto, ela é, quando apropriado, um alvo apto de elogio ou culpa moral, bem como de recompensa ou de punição. E, tipicamente, *livre arbítrio* é entendido como uma condição necessária da responsabilização moral, tendo em vista que não seria razoável dizer que uma pessoa merece ser culpada ou punida por sua conduta se for verificado que ela não estivesse, em nenhum momento, controlando sua ação.³

Não se trata de uma mera aptidão para agir de forma adequada ou inadequada. O agente deve também estar passível de responsabilização por sua conduta moralmente significativa. A avaliação de sua ação como moralmente adequada ou moralmente inadequada ocorre no julgamento feito por outras pessoas. Essa avaliação, por sua vez, parte do pressuposto de que o agente, em algum momento no tempo teve controle sobre a ação cometida, o que implica que agiu com liberdade e assegura sua responsabilidade sobre o ocorrido.

Ora, dessa forma, a responsabilidade moral tem como condição necessária a possibilidade de agirmos com liberdade, melhor dizendo, de realizarmos uma ação determinada por nós mesmos. Isso nos leva ao problema do *determinismo*. Também clássico e central na história da filosofia ocidental, a questão do determinismo vem sendo tratada por grande parte da tradição em paralelo à discussão sobre responsabilidade moral. Sem nos aprofundarmos em sua história e em suas variadas vertentes, tomaremos a liberdade de caracterizá-lo a partir de duas teses: 1) A imutabilidade dos fatos do passado; 2) A imutabilidade das leis naturais.⁴ Pelo viés determinista, a conjunção entre essas duas teses determina todos os acontecimentos futuros. Admitindo isso, temos que todas nossas ações, tanto as passadas quanto as futuras, foram

³ “A person who is a *morally responsible agent* is not merely a person who is able to *do* moral right or wrong. Beyond this, she is *accountable* for her morally significant conduct. Hence, she is, when fitting, an apt target of moral praise or blame, as well as reward or punishment. And typically, free will is understood as a necessary condition of moral responsibility since it would seem unreasonable to say of a person that she deserves blame and punishment for her conduct if it turned out that she was not at any point in time in control of it.” Ibidem.

⁴ “A common characterization of determinism states that every event (except the first, if there is one) is causally necessitated by antecedent events.^[4] Within this essay, we shall define determinism as the metaphysical thesis that *the facts of the past, in conjunction with the laws of nature, entail every truth about the future*. According to this characterization, if determinism is true, then, given the actual past, and holding fixed the laws of nature, only one future is possible at any moment in time. Notice that an implication of determinism as it applies to a person's conduct is that, if determinism is true, there are (causal) conditions for that person's actions located in the remote past, prior to her birth, that are sufficient for each of her actions.”, Ibidem.

determinadas pelo concurso de ações anteriores à nossa existência com as imutáveis e estáveis leis da natureza.

No que diz respeito à possibilidade de responsabilização moral em um modelo determinista, temos duas vertentes básicas: o compatibilismo e o incompatibilismo. Essa primeira, central nessa apresentação, assume a adequação entre livre-arbítrio e determinismo. Dado o caráter invariável do determinismo e a proximidade entre as noções de livre-arbítrio e responsabilização moral, podemos defini-lo como uma defesa da possibilidade de responsabilização moral de uma ação que, por ter sido a única opção para o agente, não poderia ter sido evitada. Os incompatibilistas, como o nome indica, defendem uma incompatibilidade entre o livre-arbítrio e o determinismo. A seguir, veremos dois argumentos centrais do incompatibilismo.

Temos que ter em mente que a noção de agir livremente que permeia essa discussão está fortemente ligada ao conceito de *controle*.⁵ Em geral, nos damos conta da responsabilidade e do controle de um determinado agente sobre sua ação quando vemos que esta é fruto de uma *escolha* a partir de uma variedade de *alternativas*. Quando, por exemplo, um sujeito, livre de qualquer coação interna ou externa, realiza uma opção que exclui as outras possíveis alternativas, dizemos que este agiu livremente. Nessa perspectiva, o livre-arbítrio tem como condição necessária a possibilidade de, a partir de um passado imutável, determinar futuras ações mediante a escolha entre *possibilidades alternativas* de atuação. Uma esclarecedora ilustração desse cenário é dada pelos incompatibilistas com o chamado *The Garden of the Forking Paths*. Tido como *argumento incompatibilista clássico*, neste modelo, que herda o nome da ficção *El jardín de senderos que se bifurcan* (1941) do autor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986), é suposto que de um único passado bifurcam-se inesgotáveis vias de ação. Desse modo, quando dizemos que alguém agiu a partir de seu livre-arbítrio, dizemos que este poderia ter agido de outra forma.

Fazendo uso do verbete supracitado, podemos simplificar esse que é o *argumento incompatibilista clássico* da seguinte maneira:

⁵ “Determinism poses at least two different sorts of threats to free will. In each case, we can begin with the theory-neutral definition of free will set out in section one: *the unique ability of persons to exercise control over their conduct in the fullest manner necessary for moral responsibility*. This characterization of free will in terms of control can be developed in two ways. One concerns an agent's freedom over alternatives. Another concerns the source of an agent's actions. Incompatibilists have rightly exploited both. Each builds upon a different model of control, and each has instigated a different incompatibilist formulation of the free will problem.”, Ibidem.

1. Se uma pessoa age a partir de seu livre-arbítrio, então ela poderia ter agido de modo diferente.
2. Se o determinismo é verdadeiro, ninguém pode agir de modo diferente do que de fato agiu.
3. Portanto, se o determinismo é verdadeiro, ninguém age a partir de seu livre-arbítrio.⁶

Admitindo este argumento, admite-se que numa perspectiva determinista não há a possibilidade de acesso a possibilidades alternativas exigida pelo modelo *the garden of the forking paths*.

Junto a essa tese que vê o *controle* sobre determinada ação na existência de *possibilidades alternativas*, temos aquela que atribui o *controle* sobre determinada ação a partir de sua(s) *fonte(s)*. O controle de um agente sobre sua ação consiste em sua participação na determinação desta. Nesse modelo, para ser responsável por uma ação, o sujeito deve ser sua fonte última, entendido aqui como responsável por algumas das condições necessárias fundamentais para a ação. Retomando a definição usual que demos ao determinismo, temos que todas nossas ações, tanto as passadas quanto as futuras, foram determinadas pela coesão entre as imutáveis leis da natureza e a imutabilidade do passado, o que implica que nenhuma de nossas ações nos tem como origem, ainda que sejamos seu meio de realização.

Em linhas gerais, podemos sintetizar o chamado modelo da fonte (*source model*) no seguinte silogismo:

1. Uma pessoa age a partir de seu livre-arbítrio somente se for a fonte última de sua ação.
2. Se o determinismo é verdadeiro, ninguém é fonte última de suas ações.
3. Portanto, se o determinismo é verdadeiro, ninguém age a partir de seu livre-arbítrio.⁷

Ainda que ambos encontrem seu fundamento na noção de *controle*, podemos notar uma independência do *Argumento Incompatibilista da Fonte*. Mesmo num cenário onde não há alternativa, a determinação do livre-arbítrio se dá na verificação das fontes de determinada ação,

⁶ “1. If a person acts of her own free will, then she could have done otherwise (A-C). 2. If determinism is true, no one can do otherwise than one actually does (D-E). 3. Therefore, if determinism is true, no one acts of her own free will (F).” In: Ibidem.

⁷ “1. A person acts of her own free will only if she is its ultimate source (A-B). 2. If determinism is true, no one is the ultimate source of her actions (C-H). 3. Therefore, if determinism is true, no one acts of her own free will.” In: Ibidem.

podendo ser o caso em que, por ser sua causa última, um sujeito que efetua a única opção que lhe é apresentada é moralmente responsável por ela.

É nesse espírito que Harry Frankfurt (1929) desenvolve seu seminal artigo *Alternate Possibilities and Moral Responsibility* (1969). Numa tentativa de compatibilização entre a noção de coação e de responsabilidade moral, sua estratégia argumentativa apresenta o que a bibliografia especializada passou a chamar de *Frankfurt-type examples*.

O mote de seu texto é delimitado já nos parágrafos iniciais. Ali, o chamado *princípio das possibilidades alternativas*, que pode ser expresso a partir da primeira premissa do *argumento incompatibilista clássico*, é formulado da seguinte maneira:

Este princípio afirma que uma pessoa é moralmente responsável pelo que fez apenas se poderia ter feito de outro modo. Seu sentido exato é matéria de controvérsia, particularmente no que diz respeito a se alguém que o aceita estaria comprometido em acreditar que responsabilidade moral e determinismo são incompatíveis.⁸

A admissão desse argumento no período em que o artigo de Frankfurt fora escrito transparece nas frases seguintes, onde é afirmado que alguns filósofos chegam a tomá-lo como uma verdade *a priori*, um solo comum para as mais diversas tradições. “Mas o princípio das possibilidades alternativas é falso”, escreve Frankfurt: “Uma pessoa pode bem ser moralmente responsável pelo que fez mesmo se não pudesse ter feito de outro modo. A plausibilidade do princípio é uma ilusão que pode ser dissolvida quando trazemos o fenômeno moral relevante a um foco mais nítido”.⁹

Como bem nota Frankfurt, os exemplos de casos onde o princípio das possibilidades alternativas se expressa costumam surgir de situações em que as mesmas circunstâncias determinam a ação e excluem as demais alternativas, como são os casos onde há coerção, sugestão hipnótica ou alguma compulsão interna. A inovação trazida no artigo estaria na consideração da possibilidade de casos onde mesmo havendo circunstâncias capazes de condicionar a ação e impossibilitar sua não-realização, essas não exerceriam papel algum na opção do agente por determinada via de ação. A credibilidade do princípio das possibilidades alternativas seria fruto, em alguma medida, de um equívoco interpretativo da máxima de que

⁸ “This principle states that a person is morally responsible for what he has done only if he could have done otherwise. Its exactly meaning is a subject of controversy, particularly concerning whether someone who accepts it is thereby committed to believing that moral responsibility and determinism are incompatible.” FRANKFURT, “Alternate Possibility and Moral Responsibility”. In: *The Importance of What We Care About*, p. 1.

⁹ “But the principle of alternate possibilities is false. A person may well be morally responsible for what he has done even though he could not have done otherwise. The principle’s plausibility is an illusion, which can be made to vanish by bringing the relevant moral phenomena into sharper focus.” In: *Ibidem*.

coerção exclui responsabilização moral. Para Frankfurt, o fato de que alguém é coagido pode tanto implicar que essa pessoa não poderia ter agido diferentemente quanto que esta não carregaria responsabilidade moral por sua ação. São implicações independentes.

O argumento central do artigo é desenvolvido ao longo de um caso. Do fato de que Jones decide agir de determinado modo que se adéqua às exigências feitas por alguém que o ameaça com uma grave penalidade, Frankfurt extrai quatro cenários. Cenários estes em que podemos notar variadas circunstâncias onde a coerção parece exercer papel determinante no juízo sobre a responsabilização moral de determinada ação. Em cada caso, a responsabilidade moral é verificada pelos papéis exercidos por sua decisão original e pela ameaça.

No primeiro exemplo temos Jones 1. Indivíduo que costuma se portar inconsequentemente e sem razoabilidade, Jones 1 age conforme sua decisão inicial independentemente das adversidades que lhe sejam postas ou das previsíveis conseqüências.¹⁰ Dada sua indiferença frente à ameaça, somos levados a afirmar que neste primeiro exemplo a ameaça não exerce nenhuma influencia em sua tomada de decisão, o que nos impede de dizer que sua responsabilidade moral tenha sido alterada pela presença da ameaça. Por não haver coerção, esse cenário não serve como contra-exemplo para a doutrina que diz que a coerção exclui a responsabilidade moral, tampouco para o princípio das possibilidades alternativas.

Em seguida temos o caso em que a ameaça tem forte efeito sobre Jones 2. Assustado com os possíveis desdobramentos de sua escolha, Jones 2 decide agir conforme o prescrito pela ameaça independentemente de sua decisão prévia.¹¹ A forte e negativa impressão sofrida pelo agente o leva a esquecer sua decisão inicial e a tomar a penalidade prevista pela ameaça como fonte única de sua ação. Nesse caso, a conformidade entre sua decisão prévia e a ação que executa torna-se irrelevante. Considerando que mesmo antes da ameaça tenha decidido agir como agiu, podemos avaliar, no máximo, sua responsabilidade moral por ter *decidido* agir dessa maneira, mas não sua responsabilidade por ter *agido* como agiu – dado que agiu exclusivamente mediante a ameaça. Dessa forma, sua decisão anterior à coerção fica de fora da avaliação moral da ação.

¹⁰ “One possibility is that Jones¹ is not a reasonable man: he is, rather, a man who does what he has once decided to do no matter what happens next and no matter what the cost. In that case, the threat actually exerted no effective force upon him.” Ibidem, p. 3.

¹¹ “Another possibility is that Jones² was stampeded by the threat. Given that threat, he would have performed that action regardless of what decision he had already made. The threat upset him so profoundly, moreover, that he completely forgot his own earlier decision and did what was demanded of him entirely because he was terrified of the penalty with which he was threatened.” In: Ibidem.

No terceiro caso temos Jones 3. Nem apavorado nem indiferente à ameaça, tem por ela a impressão esperada por qualquer pessoa razoável. Caso já não tivesse optado por agir como agiu – o que coincide com o exigido pela ameaça –, teria agido em função dela.¹² Nesse caso, presume-se que sua ação tenha como fonte sua própria decisão, anterior à ameaça. Ao supormos que agiu inteiramente em função de sua decisão prévia, nos inclinamos a afirmar que a ameaça não tem influência alguma sobre a responsabilização moral. Mesmo levando a ameaça em consideração, sua ação se deu do mesmo modo que correria caso não houvesse ameaça.

Ainda que aparentemente ofereça um contra-argumento para a doutrina que diz que a coerção exclui a responsabilidade moral, quando analisado com maior minúcia, vemos que não é esse o caso. Isso porque no exemplo de Jones 3 não temos um genuíno caso de coerção. Sua ação se deu inteiramente por conta de sua decisão, independentemente da coerção. Nas palavras de Frankfurt:

Nossa base para dizer isso será claramente que isso é incorreto ao considerar um homem coagido a fazer algo a menos que ele o faça *por causa* da força coercitiva contra ele exercida. O fato de que uma ameaça irresistível é feita não implica, portanto, que a pessoa que recebe é coagida a fazer o que ele faz. Também será necessário que a ameaça seja o que realmente conta para ele fazer isso.¹³

Caso queiramos admitir que no exemplo de Jones 3 houve coerção, temos de nos comprometer com a tese de que a coerção não exclui a responsabilidade moral, o que nos leva a admitir que a responsabilidade moral só é afetada pela coerção quando esta é condicionante da ação.

Com os exemplos dados, Frankfurt buscou negar a afirmação de que coerção exclui a responsabilidade moral e que, portanto, é uma versão particularizada do princípio das possibilidades alternativas, isso porque:

Situações em que uma pessoa que faz algo que não pode fazer de outro modo porque está sujeita ao poder coercitivo não são em sua totalidade exemplos de coerção, ou são situações em que a pessoa ainda pode ser moralmente responsável pelo que faz se não tiver feito em função da coerção. Quando desculpamos uma pessoa que foi coagida, não o desculpamos porque ele foi incapaz de fazer o

¹² “Jones³ was neither stampeded by the threat nor indifferent to it. The threat impressed him, as it would impressed any reasonable man, and he would have submitted to it wholeheartedly if he had not already made a decision that coincided with the one demanded of him.” Ibidem, p. 4.

¹³ “Our basis for saying this will clearly be that this is incorrect to regard a man as being coerced to do something unless he does it *because* of the coercive force exerted against him. The fact that an irresistible threat is made will not, then, entail that the person who receives is coerced to do what he does. It will also be necessary that the threat is what actually accounts for his doing it.” Ibidem, p. 5.

contrário. Mesmo que uma pessoa esteja sujeita a uma força coercitiva que a impeça de realizar qualquer ação, exceto uma, ela pode, no entanto, ter total responsabilidade moral por realizar essa ação.¹⁴

Mesmo nesse caso, onde o sujeito agiria conforme o prescrito pela ameaça se já não houvesse escolhido agir dessa maneira, ainda não podemos dizer que o princípio das possibilidades alternativas seja de algum modo afetado. Jones 3 não ficou sem alternativas. Nada o impedia de agir contra a ameaça e arcar com suas consequências. Assim chegamos ao último cenário. Neste, junto à Jones 4, temos a presença de um recurso argumentativo que ficará conhecido na bibliografia especializada como “interventor contrafactual”.¹⁵ No caso analisado, esse papel é ocupado por Black. Capaz de monitorar as ações e possíveis decisões de Jones 4, Black quer que Jones 4 tome determinada via de ação. Discreto, o interventor contrafactual permanece desconhecido ao agente, manifestando sua presença somente no caso em que Jones 4 aparentemente decida agir de modo diferente do planejado por Black. Uma das vantagens desse recurso é sua flexibilização. Não obstante as exigências apresentadas para assegurar que Jones 4 não agisse de modo diferente do que agiu, é a presença de uma entidade capaz de assegurar a necessidade de sua ação que importa ao contra-argumento.

Desse modo, ainda que rigorosamente determinada, a ação que será executada por Jones 4, no caso em que há uma igualdade entre a via de ação que Black busca assegurar e a decisão inicial e espontânea de Jones 4 – o que implicaria que o agente agiria sem saber da coerção a que está sujeito – oferece um exemplo de uma ação invariável e passível de coerção em que vemos o agente como fonte exclusiva.

Com a tematização de cenários formalmente diferentes em que através da coerção um sujeito se vê impossibilitado de agir de modo diferente de como agiu, Frankfurt advoga a tese de que o fato de que uma pessoa não poderia ter agido diferentemente de como agiu, mesmo sendo condição suficiente para sua ação, nem sempre pode servir de explicação para os motivos de tal ação e, conseqüentemente, não o isenta da responsabilização moral. Ou seja, as circunstâncias que asseguraram a necessidade de tal ação poderiam ser subtraídas sem com isso

¹⁴ “Situations in which a person who does something cannot do otherwise because he is subject to coercive power are either no instances of coercion at all, or they are situations in which the person may still be morally responsible for what he does if it is not because of the coercion that he does it. When we excuse a person who has been coerced, we do not excuse him because he was unable to do otherwise. Even though a person is subject to a coercive force that precludes his performing any action but one, he may nonetheless bear full moral responsibility for performing that action” In: Ibidem.

¹⁵ Cf.: FISCHER, “Frankfurt-type examples and semi-compatibilism”. In: *The Oxford Handbook of Free Will*, pp. 281-309.

afetar o ocorrido.¹⁶ Para o autor, o erro por trás do princípio das possibilidades alternativas estaria na isenção da responsabilização moral mediante a estrita avaliação das circunstâncias que assegurariam a invariabilidade de determinada ação.

Ainda que muito discutida e alvo de sólidas objeções,¹⁷ a revisão do princípio de possibilidades alternativas ensaiada por Frankfurt, longe de ser proposta como uma refutação do incompatibilismo,¹⁸ o argumento aqui analisado busca, com notável precisão, amadurecer o debate na medida em que denuncia a tendência à hiper-valorização das circunstâncias na avaliação moral. Em suas dez densas páginas, o artigo busca ressaltar a centralidade do sujeito, agente volitivo e livre, no campo moral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FISCHER, John Martin. “Frankfurt-type examples and semi-compatibilism”. In: *The Oxford Handbook of Free Will*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

_____. “Frankfurt-Style Compatibilism.” In: *Contours of Agency: Essays on Themes from Harry Frankfurt*. Massachussets: MIT Press, 2002.

FRANKFURT, Harry. “Alternate Possibility and Moral Responsibility”. In: *The Importance of What We Care About*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

MCKENNA, Michael; COATES, D. Justin. Compatibilism. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/compatibilism/#FreAccClaCom>. Último acesso em: 15/01/2019.

O’CONNOR, Timothy. “Free-Will”. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2002. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2002/entries/freewill/>. Acesso em: 15/01/2019.

¹⁶ “The fact that a person could not have avoided doing something is a sufficient condition of his having done it. But, as some of my examples show, this fact may play no role whatever in the explanation of why he did it. (...) The circumstances that made it impossible for him to do otherwise could have been subtracted from the situation without affecting what happened or why it happened in any way.” FRANKFURT, “Alternate Possibility and Moral Responsibility”, p. 8.

¹⁷ Cf.: FISCHER, John Martin. “Frankfurt-Style Compatibilism.” In: *Contours of Agency: Essays on Themes from Harry Frankfurt*. MIT Press, Massachusetts, 2002, pp. 1-27.

¹⁸ “It may be noted that this revision of the principle does not seriously affect the arguments of those who have relied on the original principle in their efforts to maintain that moral responsibility and determinism are incompatible.” FRANKFURT, “Alternate Possibility and Moral Responsibility”, In: *The Importance of What We Care About*, p. 9.